

A CIÊNCIA PESQUISOU O AGRICULTOR PRODUIU O BRASIL GANHOU STATUS NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, MAS E O FUTURO?

A pesquisa agrônômica no Brasil, data do final do século XIX. Com a criação do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC). A broca do café ampliou a presença da ciência na agricultura paulista com a criação do Instituto Biológico (IB), em 1927.

A crise da economia mundial, em 1929, levou à crise da economia cafeeira, que sinalizou a diversificação da agricultura paulista. Assim surgiram em território paulista os Instituto de Zootecnia (IZ), Instituto Florestal (IF), Instituto de Pesca (IP), Instituto de Economia Agrícola (IEA) e o Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL).

Em 1973 o Governo Federal criou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Na ocasião o Brasil importava alimentos, o Centro Oeste e a Amazônia tinham participação marginal na economia agrícola nacional. A partir daí, estados e universidades também se lançaram na pesquisa agrônômica.

Não se tem a menor dúvida da extraordinária contribuição dessas instituições para os avanços do setor rural brasileiro. Nos últimos 45 anos, o Brasil deixou de importar para ser um importante *player* no cenário mundial de commodities agropecuária e florestal, com um claro benefício para os consumidores brasileiros, com a redução do custo da alimentação, e também ao meio ambiente, devido ao aumento da produtividade.

Entretanto, o sucesso de hoje tem como base a pesquisa das décadas passadas. E hoje? As instituições de pesquisa no Brasil, não somente aquelas diretamente ligadas à produção agropecuária e florestal, mas a ciência em geral vive em permanente crise orçamentária. As três universidades estaduais paulistas gastaram com folha de pagamento, de janeiro a novembro do ano passado, mais de 97% dos recursos que receberam de repasse do estado. Por seu turno, a Embrapa gastou 90% do seu orçamento com a mesma rubrica. Portanto, o problema real está no descaso dos governos com a ciência e a tecnologia.

É obvio que a solução não é simplesmente o aumento linear dos recursos financeiros. Essas instituições devem constantemente fazer ajustes que reduzam despesas administrativas, simplificar processos para reduzir a burocracia, desconcentrar a gestão, dando mais autonomia para as unidades descentralizadas em função das prioridades de cada uma; os projetos de pesquisa sejam aprovados por mérito, e mais, criar um mecanismo permanente de aproximação com a sociedade, demonstrando a importância e os resultados dos investimentos feitos.

Essa mudança pode ser efetuada com uma avaliação da estrutura, da estratégia e dos métodos utilizados pelas instituições, feita por consultoria independente e externa, tendo como objetivo precípua a missão de inovar para garantir a competitividade dos produtores e a sustentabilidade da produção.

Então o que falta para por em prática essa mudança no modelo vigente? Alguns fatores podem ser apontados. A visão imediatista dos governos focada no calendário eleitoral, com a visão de médio e longo prazo da sociedade. O altíssimo patamar de corrupção sistêmica – governo e empresariado – que se alastrou no país. A consciência política da sociedade capaz de ditar os rumos que o país deve tomar na direção de seu desenvolvimento.